



Parados, nunca calados

Manifestação Nacional

4 de Junho - 18h

Lisboa - Rossio / Porto – Campos dos Mártires da Pátria

Passaram três meses desde que a pandemia mudou a vida de todos e de forma muito violenta a dos músicos, trabalhadores de espectáculos e do audiovisual. Num sector em que domina a precariedade, os efeitos são catastróficos e à medida que o tempo passa, sem que sejam tomadas medidas de emergência e de fundo, as consequências são cada vez mais devastadoras e auguram um efeito prolongado sobre a vida dos profissionais e sobre a Cultura.

O CENA-STE, logo que os primeiros espectáculos foram cancelados, procurou recolher informação sobre os cancelamentos e os seus efeitos. Encontrou, como antevia, um sector precário, empobrecido e indefeso, um sector que carece há muito tempo de um enquadramento legislativo adequado, que tenha em conta as suas características.

Desenvolvemos e apresentamos ao Ministério da Cultura um caderno de medidas que procuram responder aos problemas urgentes, mas também a problemas antigos, que tardam em ser resolvidos.

Infelizmente, a resposta às nossas propostas e reivindicações tem sido pouco mais que o silêncio. Enquanto o Ministério da Cultura e o Governo adiam decisões de fundo, milhares de

trabalhadores viram já os seus rendimentos suprimidos ou drasticamente reduzidos e não antevêem qualquer protecção nos tempos próximos, que se adivinham sombrios.

Porque este é o momento de dizer com clareza o que queremos para a Cultura e para os seus trabalhadores tomamos a rua numa **Manifestação Nacional, dia 4 de Junho, às 18h no Rossio, em Lisboa e no Campo Mártires da Pátria, no Porto.**

As medidas de urgência de há 3 meses são agora uma questão de sobrevivência do sector. A possível abertura das salas só veio acentuar ainda mais as dificuldades e necessidades e não podem ser entendidas como a solução para um sector onde grande parte das suas estruturas empregadoras já não estava a ser apoiada. É do conhecimento geral que o sector não é constituído apenas por quem trabalha nos teatros. Há muitos trabalhadores do espectáculo e do audiovisual que têm outras realidades laborais e que continuam impossibilitados de regressar ao trabalho e com pouca, ou nenhuma, protecção social. Queremos respostas concretas e em tempo útil e dispensamos manifestos de intenções, tão longe da realidade que sabemos à partida, que pertencem apenas a um tempo abstrato e longínquo. Porque este é o momento de reforçar a unidade e a luta, queremos:

- Um verdadeiro **fundo de emergência social** que envolva os ministérios e entidades responsáveis pelas diversas áreas sócio-profissionais e que garanta a protecção imediata destes trabalhadores e até ao levantamento de todas as normas de confinamento;
- Garantia de melhores condições laborais, permitindo uma **carreira contributiva regular e permanente** para os trabalhadores do sector;
- Instituição da **obrigatoriedade contratual** em todos os projectos com subvenções públicas. Celebração e uniformização de contratos obrigatórios por parte das entidades beneficiárias de subsídios da DGArtes, ICA, RTP ou outros, destinados à criação artística e actividades culturais, a partir de um reforço de condições e montantes de financiamento que lhes permita construir relações laborais permanentes com os trabalhadores;

- Afectação de verbas para apoio a **estruturas artísticas e culturais não abrangidas pelos apoios da DGArtes**, mas consideradas elegíveis, de acordo com a sua avaliação e suas necessidades, evitando o seu encerramento e o conseqüente desemprego dos trabalhadores;
- Implementação e promoção de **medidas de saúde** em locais de concentração de público, em observação das regras recomendadas pelas autoridades públicas de saúde e em articulação com as estruturas, dotando-as de meios para a sua implementação;
- **Levantamento exaustivo do tecido cultural** existente a partir das Direcções Regionais de Cultura e da DGArtes como forma de compreender os intervenientes no sector e conseqüentemente diagnosticar necessidades específicas de regiões ou comunidades, particularmente no que toca à protecção laboral e social;
- **Rastreio e classificação das actividades profissionais** ligadas aos sectores, com o envolvimento das entidades tutelares competentes e dos parceiros sociais, para a revisão das listagens existentes, que estão manifestamente desatualizadas, e uma utilização verdadeiramente capaz do Registo Nacional de Profissionais do Setor das Actividades Artísticas, Culturais e de Espetáculo;
- Definição **formal e (re)enquadramento das actividades profissionais** ligadas aos sector, nomeadamente na Classificação Portuguesa de Profissões, no Código das Actividades Económicas, nos parâmetros do Instituto Nacional de Estatística ou outros;
- Valorização da cultura e dos seus trabalhadores, que segue lado a lado com a exigência de um maior financiamento para a cultura e a concretização, sem subterfúgios ou cativações, do **patamar mínimo de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura**. Sem isso não haverá condições de estabilidade no financiamento das entidades artísticas e culturais, nem será possível a melhoria das condições de trabalho dos profissionais do sector.